



Todo mundo tem soluções para o meio ambiente. Nós temos para o ambiente inteiro.

O bem-estar em nossa casa, nas empresas onde trabalhamos, na cidade onde vivemos, enfim, em todos os lugares que frequentamos, é fundamental na vida das pessoas. A Deten Química é uma das poucas empresas no mundo que pode cuidar de todos eles, pois é fornecedora do principal componente para os detergentes e outros produtos de limpeza, de utilização doméstica, industriais e institucionais, totalmente compatíveis com o meio ambiente. Isso é possível pelo investimento e desenvolvimento em gerenciamento e técnicas de qualidade. A Deten é a primeira fabricante do seu produto no mundo a obter o certificado ISO-9002 e a maior do Polo

Petroquímico da América Latina a ter todo o seu processo produtivo aprovado pela BVQI-Bureau Veritas Quality International. A nossa missão é a prevenção do meio ambiente e o fortalecimento dos negócios dos nossos clientes, com o meio ambiente, mantendo-o bem verde, da cor da nossa marca. E com os outros ambientes, a marca da Deten é deixá-los bem limpos, na sua cor natural.



RELATÓRIO DA DIRETORIA

CENÁRIO ECONÔMICO

Em função do superaquecimento da economia em 2010, no final do ano, o Governo anunciou medidas macroprudenciais com objetivo de desestimular o consumo, propiciar o maior controle da inflação e da valorização do Real.

Nessa linha, em janeiro do ano passado começou um processo de elevação da taxa SELIC que saiu de 10,75% em dezembro de 2010 para 12,5% em junho de 2011, ocorreu a elevação do IOF sobre empréstimos e outros. Entretanto, com a piora do cenário externo, o Governo voltou a gerar estímulos para o crescimento da economia, reduzindo a taxa SELIC que fechou o ano em 11%, o crescimento do PIB ficou em apenas 2,7% em comparação ao ano anterior, abaixo das expectativas e a inflação ficou em 6,5% atingindo o teto da meta estipulada pelo Governo. No ano anterior, o IPCA fechou em 5,91%.

O barril do petróleo sofreu alta ao longo do ano e fechou cotado a US\$ 107,97/barril, com valorização de 17,6% em relação ao fechamento do ano anterior, influenciado pelo maior consumo e desvalorização do dólar. Essa combinação de fatores interferiu diretamente nos preços e nas margens de nossos produtos.

PRODUÇÃO

A produção de LAB atingiu 181 mil toneladas, maior volume de produção da história da Companhia, superior ao ano anterior em 2,2%, enquanto a de LAS atingiu 68 mil toneladas, 21,6% maior quando comparado com o ano de 2010, o que permitiu o pleno atendimento do mercado e a manutenção de níveis adequados dos estoques.

Em 2011 também se obteve os melhores resultados em termos de economia de energia e de matérias-primas, como resultado da busca contínua pela melhoria do desempenho operacional, visando à otimização do consumo de matérias-primas e de recursos naturais (energia elétrica, gás natural e água).

VENDAS

Em 2011 a Companhia atingiu volumes recordes de vendas de LAB e LAS ao mercado interno, que expressas em LAB equivalente, apresentaram crescimento de 6,3% em relação ao ano anterior, crescimento superior ao desempenho da economia (2,7%) e ao crescimento do mercado de detergentes brasileiros (3,4%), atribuído ao continuado movimento de ascensão social e à melhoria do poder aquisitivo das classes C, D e E ocorrido nos últimos quatro anos.

As exportações reduziram 15,3% em 2011, em consequência da interrupção do fornecimento de energia elétrica na região Nordeste e problemas operacionais decorrentes, no mês de fevereiro de 2011.

DESEMPENHO

O faturamento bruto de R\$ 961,4 milhões foi maior em 16,5% em relação ao ano anterior, em função das maiores vendas de LAB equivalente em 2011, e aumento dos preços do LAB e LAS, em linha com o ocorrido no mercado internacional em virtude dos aumentos dos preços das matérias-primas.

O lucro líquido atingiu R\$ 64,9 milhões, ligeiramente superior ao obtido em 2010 (R\$ 62,5 milhões).

GESTÃO CORPORATIVA

Diversas ações e programas associados à responsabilidade social e à proteção do meio ambiente, bem como de valorização da força de trabalho e de criação de conceitos de sustentabilidade junto à sociedade, estarão descritos no Balanço Social, a ser publicado em sequência.

A DETEN reitera seus agradecimentos a todas as partes envolvidas em suas atividades: Clientes, Acionistas, Empregados, Fornecedores, Órgãos Governamentais Federais, Estaduais e Municipais, COFIC, ONGs e Comunidades, em especial às vizinhas Camaçari e Dias D'Ávila, pela importante contribuição para as realizações alcançadas em 2011.



BALANÇO SOCIAL 2011

INVESTIMENTO SOCIAL INTERNO

• **Oficina de Ideias e Inovações** – A DETEN reconheceu e premiou os empregados que apresentaram as melhores ideias e inovações que geraram impactos econômicos ou de relevância organizacional. Dentre as Ideias/Inovações registradas, 28 foram implantadas, das quais 10 foram indicadas para premiação e premiadas.

• **Educação e treinamento** – A Empresa investiu R\$ 279 mil no aprimoramento intelectual de sua força de trabalho, contemplando bolsas parciais de estudo em cursos de pós-graduação, mestrado e língua estrangeira.

• **Programa de estágio** – A Empresa manteve sua ação de transferir experiência prática para jovens em formação. Em 2011, técnicos e universitários, representando 4,39% do quadro de pessoal, estagiaram na DETEN.

• **Emprego a portadores de necessidades especiais** – A DETEN, atendendo ao que preconiza a lei, mantém em seu quadro de pessoal portadores de necessidades especiais e empregados reabilitados.

• **Previdência Privada** – A Empresa proporciona a seus empregados a participação no Fundo de Previdência Privada IHPREV, que suplementa aposentadorias e pensões, melhorando a qualidade de vida dos seus aposentados e pensionistas. Em 2011, o investimento foi de R\$ 1,661 milhão.

• **Vacinação** – Como parte do Programa de Qualidade de Vida, a Empresa ofereceu gratuitamente aos seus empregados vacinas contra Influenza A (H1N1) e Meningite.

• **Ginástica e Ergonomia** – Como parte do Programa de Qualidade de Vida e Promoção da Saúde, a Empresa incentiva a realização de ginástica laboral e realiza orientações ergonômicas para seus empregados.

• **Alimentação do trabalhador** – A DETEN proporciona alimentação balanceada, cardápio variado e opções de dietas, além de orientação nutricional personalizada para empregados, estagiários e contratados.

• **Transporte do empregado** – A DETEN, participando de Pool I de ônibus do Polo Industrial de Camaçari, oferece transporte aos empregados, estagiários e mão de obra temporária por meio de ônibus climatizados e em roteiros planejados que gerem o menor tempo possível de viagem.

• **Atendimento odontológico dentro da Empresa** – Em parceria com o SESI - Serviço Social da Indústria, foram realizados, gratuitamente em 2011, 783 procedimentos odontológicos a empregados, terceiros e estagiários, com atendimentos três dias por semana durante todo o ano de 2011 nas dependências da Empresa.

• **Coral DETEN** – O Coral DETEN, formado há 24 anos por voluntários de sua força de trabalho, participou em 2011 do Festival Paraíba de Coros – FEPAC 2011 e participou do Natal das crianças da Creche Comunitária Recanto das Árvores, em Camaçari, como parte do programa Arte Solidária.

• **Grupo de Corridas** – Como parte do Programa de Qualidade de Vida, a DETEN estimula a prática de atividades físicas promovendo o Grupo de Corridas, que foi formado em 2005 e conta com cerca de 13% dos empregados. Em 2011, o grupo alcançou a marca de 1.790 km percorridos em 34 provas, sendo que cada atleta do grupo percorreu, em média, 62 km durante o ano somente em competições.

• **Auxílio Acadêmico** – A DETEN promove ajuda de custo para empregados regularmente matriculados em academias de ginástica e musculação.

• **GREDE - Grêmio Desportivo DETEN** – A Empresa investe em apoio ao grêmio de empregados na promoção de confraternizações tradicionais (Natal, São João, Dia das Mães, Dia dos Pais e Dia das Crianças). O GREDE oferece aos associados diversas opções de lazer e convênios com clube social, estabelecimentos comerciais e escolas.

• **Participação nos lucros e resultados** – Em 2011, a DETEN manteve a prática instituída desde 1981 e pagou bonificação de 5,975 salários aos seus empregados, sob a forma de PLR - Participação nos Lucros e Resultados, como parte de seu Programa de Remuneração Variável.

• **PROGRAMA FAMÍLIA POR DENTRO** – O programa tem por objetivo proporcionar a oportunidade às crianças e adolescentes conhecerem o ambiente de trabalho de seus familiares, permitindo assim a integração família x empresa. No dia 1º de julho, a DETEN recebeu a visita de 41 crianças e adolescentes, filhos, netos, irmãos ou sobrinhos dos empregados.

INVESTIMENTOS EM MEIO AMBIENTE, HIGIENE, SAÚDE E SEGURANÇA

Em 2011, foram investidos mais R\$ 4,3 milhões em projetos de integração energética e confiabilidade das plantas industriais, o que contribuiu para o menor consumo de energia e melhoria da qualidade das emissões atmosféricas.

Houve maior número de registros de ocorrências de acidentes e incidentes em 2011 em relação ao ano anterior, indicando maior conscientização da força de trabalho de um modo geral, consolidando a importância do registro para investigação das causas e prevenindo novas ocorrências.

Consolidado desde 2009, o Programa Trilha Segura, programa de segurança baseado em comportamento humano, que objetiva desenvolver na força de trabalho a percepção de riscos através da identificação dos perigos e minimização dos riscos que existem nas atividades e ambientes de trabalho.

O programa corporativo da Cepsa Liderança Visível e Tolerância Zero frente aos Ataques Inseguros implantado em 2010 reforçou a atuação do Trilha Segura, pois tem como objetivo o fortalecimento do compromisso dos líderes com as questões de SSHMA, através da execução de ferramentas adotadas pelo sistema de Gestão de Segurança. Esses dois programas são complementares e fundamentais para o SIGA - Sistema Integrado de Gestão Avançada da DETEN.

Em relação à consolidação externa do Programa, a DETEN disseminou suas práticas em *workshop* realizado em Curitiba, em agosto/2010, quando empresas de vários segmentos foram convidadas para apresentar seus programas e assim fazer o *benchmarking*, intercambiando experiências. Após este evento, a DETEN já realizou uma visita e recebeu duas empresas que participaram do *workshop*, a fim de conhecer detalhes das ferramentas do Programa Trilha Segura.

A DETEN cumpriu 98% dos objetivos e metas ambientais, tendo como principais destaques:

- ✓ Proteção do Solo e Água Subterrânea - Revestimento de parte da rede de drenagem de efluente industrial;
- ✓ Programa de emissões fugitivas - Todos os pontos monitorados (mais de 3,5 mil) ficaram abaixo do limite estabelecido; e,
- ✓ Responsabilidade socioambiental - Apoio a programas socioambientais.

Programa Efluente Zero (PEZ) - A vazão média em 2011 (4,6m³/h) atingiu mais uma vez a meta estabelecida de 5,5m³/h máximo. Em comparação com a vazão de implantação do PEZ (15m³/h em 2003), o volume de efluente alcançou 70% de redução e vem se mantendo nesse patamar, apesar do aumento da produção ao longo dos anos. Além disso, em maio de 2011, as equipes de trabalhadores de turno foram recicladas em práticas de Produção Mais Limpa e Redução na Fonte, visando consolidar uma cultura preventiva na Empresa. O PEZ foi indicado em 2008 como caso de sucesso pela CETREL e veiculado, gratuitamente, pela mídia a nível estadual (Jornal A Tarde e rádios). Vale lembrar que em 2006 este programa recebeu Menção Honrosa no Prêmio Atividade de Melhorias 2006, promovido pelo Grupo CEPESA, Companhia Petroquímica Espanhola, principal acionista da DETEN. Em 2005, foi vencedor do 6º prêmio FIEB de Desempenho Ambiental 2005, na modalidade Produção Mais Limpa e foi classificada em segundo lugar no Prêmio Bahia Ambiental – categoria empresa sustentável, da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMARH) do Governo do Estado da Bahia, onde foram reconhecidas as ações ambientais empreendidas por empresas, universidades, ONGs e indústrias.

Foi realizada a 9ª Oficina de Saúde e Meio Ambiente, com relevante participação dos empregados e familiares (estes na Caminhada Ecológica). A Oficina teve como destaque a palestra da Dra. Maria Etienne de Oliveira, que apresentou o tema "Prevenção de AVC", com orientações para prevenção, principais sintomas, cuidados e como agir em situações com estes tipos de ocorrências.

Em comemoração ao Dia Mundial da Água (22 de março), a DETEN promoveu palestra sobre a "Pegada Ecológica", ministrada pela Dra. Arilma Tavares, como incentivo para os trabalhadores reduzirem sua pegada ecológica e orientando a utilização adequada dos recursos naturais. Foram distribuídos jornais com dicas e cuidados para preservação da água, além de divulgação dos projetos da DETEN (em pôsteres) e sobre redução de água para toda a força de trabalho.

A Empresa manteve-se associada, através de sua empresa controladora CEPESA Química, à CLER – Council for LAB/LAS Environmental Research e à ECOSOL – European Chemical Industry Council, organizações americana e europeia, respectivamente, voltadas para a contínua pesquisa da compatibilidade ambiental e da biodegradabilidade do LAS, produzido a partir do LAB, principal produto da DETEN.

BALANÇO SOCIAL 2011

Foi iniciada operação da **tubovia** da Transpetro para transporte de toda normal-parafina consumida pela DETEN, da ordem de 150.000 toneladas/ano. Eliminou-se, assim, o transporte rodoviário do produto em viagens de caminhões-tanque desde o Porto de Aratu e/ou a Base de Mataripe até a DETEN/Camaçari, equivalente a 1,5 vezes a distância da Terra à Lua por ano. Pode-se assim contabilizar um significativo ganho ambiental com a redução da emissão de gases do efeito estufa e a eliminação da queima de combustível fóssil nesse processo. Além disso, houve elevação da confiabilidade e minimização de riscos de acidentes nesse transporte, bem como a eliminação do processo de carga e descarga de produtos, eliminando consequentemente a emissão de compostos orgânicos voláteis nessas operações.

RELACIONAMENTO COM FORNECEDORES

Fortalecendo as parcerias, a DETEN informa mensalmente a seus fornecedores a sua respectiva avaliação resultante do fornecimento de materiais e/ou serviços. Além deste *feedback*, a DETEN participa, juntamente, com a Federação das Indústrias do Estado da Bahia - FIEB, do Programa de Qualificação de Fornecedor - PQF, que tem como objetivo aumentar o volume e a qualidade dos negócios realizados no Estado da Bahia. Essa iniciativa foi reconhecida pela Confederação Nacional das Indústrias - CNI como uma das melhores práticas nacionais do setor. Tais instrumentos são considerados muito importantes tanto para os fornecedores como para a DETEN, pois, com essas informações, seu planejamento é feito para atendimento aos requisitos, sustentabilidade, perpetuação dos Fornecedores, abrindo o caminho para a excelência. No ano de 2011, a avaliação média de fornecedores e prestadores de serviço obteve nota 8,86, o que demonstra que as ações tomadas estão gerando resultados.

INVESTIMENTOS SOCIOAMBIENTAIS EXTERNOS

A Empresa tem como política o apoio a instituições comprometidas com projetos socioambientais. Em 2011, houve investimentos nos seguintes projetos:

TAMAR - Base Arembepe - Apoio ao programa brasileiro de preservação das tartarugas marinhas, com 31 anos de atuação e que tem como missão proteger as cinco espécies de tartarugas que ocorrem no Brasil. Em 2011, 2.348 tartarugas desovaram na área de cobertura da base de Arembepe/BA, resultando na liberação de 153.313 filhotes ao mar. Nesse período, foram registradas 63.489 participações de pessoas nos diversos programas desenvolvidos, sendo: 20.603 visitantes na base, 2.204 estudantes visitaram a base, 1.040 em palestras, 1.906 em eventos comunitários, 6.519 em eventos de soltura dos filhotes, 29.085 em exposições, 543 estudantes da escolinha do TAMAR e foram realizados 1.589 atendimentos especiais. Em todo o Brasil, as comunidades circunvizinhas estão fortemente comprometidas com o projeto, visto que 80% das pessoas envolvidas com o manejo e a preservação das tartarugas são moradores das comunidades costeiras. Na base de Arembepe, 70% são moradores locais e 94% das comunidades circunvizinhas são atingidas diretamente pelas ações socioambientais do projeto.

Fábrica de Florestas - Corredor Ecológico - Responsabilidade socioambiental - Apoio ao INCECC - Instituto Corredor Ecológico Costa dos Coqueiros. Em 2011, em vez de ampliar a quantidade, investimos no acompanhamento do crescimento das mudas plantadas e no plantio de mais 130.000 mudas de árvores típicas da região, parte dessas em áreas degradadas, para recuperação do Anel Florestal do Polo Industrial de Camaçari e sua futura ligação ao Corredor Ecológico. O plantio das mudas e o acompanhamento das áreas reflorestadas são feitos com a mão de obra das comunidades residentes no entorno do Polo. A DETEN patrocinou a realização do Sétimo Seminário de Restauração Ecológica para capacitação dos moradores da comunidade e garantir a manutenção nas áreas e o combate aos incêndios florestais.

O INCECC fez levantamento sobre algumas espécies vegetais e animais, com o envolvimento das comunidades, e incorporou mais de 90 espécies arbórea e arbustiva ao Projeto. A DETEN patrocinou a produção, o plantio e manutenção das áreas restauradas no entorno do Polo, incluindo o plantio comunitário realizado no dia 03/06/11 em Camaçari e Dias D'Ávila em comemoração a Semana do Meio Ambiente.

Programa Menor Aprendiz - A DETEN deu continuidade à sua participação na formação de adolescentes carentes em parceria com a Acopamec - Centro do Menor João Paulo II, associação das comunidades parquiais de bairros carentes de Salvador (Mata Escura e Calabetão).

A DETEN manteve, em 2011, seu programa de receber a visita de alunos de ensino médio e superior, tendo recebido 164 estudantes em 6 ocasiões em 2011.

PROJETOS EM PARCERIA COM O COFIC - Comitê de Fomento Industrial de Camaçari - associação que congrega empresas do Polo Industrial de Camaçari e exerce o papel de articulação e coordenação de ações de natureza coletiva:

Ver de Dentro - Programa de visitas às empresas do Polo Industrial para manter as comunidades informadas sobre as atividades e controles de riscos do Complexo Industrial. A DETEN foi visitada em duas ocasiões, totalizando 76 pessoas entre alunos e professores das escolas das comunidades de Dias D'Ávila e Camaçari das escolas Yolanda Pires e Luis de Moura Bastos.

Programa de Incentivo à Educação - PIE - Em 2011, foram desenvolvidas 81 atividades do PIE, com carga horária total de 341h. Participaram do programa 80 escolas (57 de Camaçari e 23 de Dias D'Ávila), totalizando o envolvimento de 409 professores, 561 alunos e 105 empregados.

Programa Construindo o Futuro - Programa criado em 2011 com o objetivo de levar informações sobre as carreiras técnicas existentes no Polo para estudantes das escolas públicas e fortalecer vínculo das empresas do Polo Industrial de Camaçari com as escolas e comunidades vizinhas, além de despertar nos estudantes das escolas públicas o interesse em trabalhar na indústria, especialmente no Polo de Camaçari. Em 2011, o Programa contou com a participação de 9 indústrias do Polo, 11 escolas das comunidades vizinhas das cidades de Camaçari e Dias D'Ávila, e 865 alunos ao longo do ano. A DETEN realizou apresentação na Escola Normélio Moura (Dias d'Ávila) para 80 pessoas entre alunos e professores. Na oportunidade, foi apresentado o vídeo institucional da Companhia, distribuídos panfletos informativos sobre o programa e ministrada palestra sobre a carreira de Operador de Processo Industrial.

Conselho Consultivo (Comunidades) - Em dezembro de 1994, o Comitê de Fomento Industrial de Camaçari - COFIC - associação que representa as empresas do Polo Industrial de Camaçari - constituiu um Conselho Consultivo, formado por representantes das comunidades vizinhas, com o objetivo de intensificar a aproximação do complexo industrial com essas comunidades. Funcionando há 17 anos, suas reuniões acontecem a cada dois meses e tratam de temas como segurança industrial, saúde ocupacional, proteção ambiental e responsabilidade social. Um indicador da boa relação das empresas do complexo industrial com as comunidades vizinhas são as participações ativas nas reuniões e contribuições dos participantes. Em 2011, o Conselho Consultivo se reuniu 5 vezes.

DOAÇÕES E AÇÕES DE VOLUNTARIADO

Programa Coleta Seletiva - Como resultado da venda de sucatas metálicas, foram distribuídos R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), em quotas de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), por meio do "Cheque Verde", para 5 entidades: uma localizada em Dias D'Ávila: Associação Beneficente - EDUCAVIDA; duas em Camaçari: Centro Comunitário de Desenvolvimento Recanto das Árvores, Projeto Pepe - 2ª Igreja Batista de Camaçari; uma em Simões Filho: Instituição Lar Irmã Benedita Camurugi; e uma em Salvador: VIDA - Valorização Individual do Deficiente Anônimo. No total foram enviados aproximadamente 11 toneladas de papel, papelão, plástico e vidro para a Cooperativa de Matérias Recicláveis de Camaçari - COOPMARC. O material recolhido é doado a essa cooperativa, que ajuda na subsistência de aproximadamente 20 pessoas, o que tem sido motivo de orgulho para a comunidade interna. Além desses materiais, a DETEN recicla lâmpadas, óleo lubrificante, pilhas e baterias, entre outros.

Ações de voluntariado - O CORAL arrecadou e doou à Creche Comunitária Recanto das Árvores, em Camaçari: 65 itens de higiene pessoal, 38 itens de material de limpeza, 22 itens de alimentos e 18 itens de brinquedos, como parte do Projeto Arte Solidária.

CERTIFICAÇÕES EM NORMAS INTERNACIONAIS

Certificação e Recertificação - Em abril de 2011, a DETEN com seu Sistema Integrado de Gestão Avançada - SIGA foi submetida a Auditoria Externa de Manutenção nas normas: OHSAS 18001:2007, ISO 14001:2004 e ISO 9001:2008 atendendo respectivamente a todos os requisitos da norma de Segurança e Saúde Ocupacional, Meio Ambiente e Qualidade.

PRÊMIOS E RECONHECIMENTOS

Prêmio Polo de Segurança, Saúde, Higiene e Meio Ambiente - Em janeiro de 2011, por iniciativa própria, a DETEN passou pela auditoria interna, apoiada por consultor externo, com base no Guia do Prêmio Polo do COFIC - Comitê de Fomento Industrial de Camaçari e obteve a pontuação de 97,1% de conformidade, demonstrando o alinhamento da Empresa com as questões de SSHMA. Apesar do excelente resultado, foi efetuada análise crítica das recomendações da auditoria, envolvendo as lideranças e força de trabalho, visando à melhoria contínua do sistema de gestão da Organização.

Melhores Práticas de Estágio - Prêmio IEL - Instituto Euvaldo Lodi - A DETEN conquistou, por dois anos consecutivos, o 1º lugar no prêmio regional - categoria média empresa (2007 e 2008). No ano de 2009, conquistou o terceiro lugar no Prêmio Nacional. Em 2011, foi finalista no Prêmio Regional, na categoria Média Empresa.

A DETEN foi citada espontânea e positivamente na mídia escrita em 12 ocasiões durante o ano de 2011.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais)				
DESCRIÇÃO	2011	%	2010	%
1 - RECEITAS	960.016		824.615	
1.1 - Vendas de produtos	959.823		824.607	
1.2 - Outras Receitas	193		8	
2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (inclui ICMS, IPI, PIS e COFINS)	659.270		555.259	
2.1 - Custo dos produtos vendidos	617.541		510.484	
2.2 - Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	43.523		40.267	
2.3 - Perda / Recuperação de valores ativos	1.046		(166)	
2.4 - Outras - Constituição / (Reversão) de Provisão	(2.840)		4.674	
3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	300.746		269.356	
4 - DEPRECIÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	10.861		12.090	
4.1 - Depreciação e amortização	10.861		12.090	
5 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)	289.885		257.266	
6 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	15.551		17.868	
6.1 - Resultado de equivalência patrimonial	(1)		(1)	
6.2 - Receitas financeiras	15.552		17.869	
7 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)	305.436		275.134	
8 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	305.436	100,0	275.134	100,0
8.1 - Pessoal e encargos	43.475	14,2	39.156	14,2
8.2 - Impostos, taxas e contribuições	188.536	61,7	162.278	59,0
8.3 - Juros e aluguéis (reversão de provisão)	8.469	2,8	11.151	4,1
8.4 - Dividendos	56.173	18,4	59.422	21,6
8.5 - Lucros retidos	8.783	2,9	3.127	1,1

BALANÇOS PATRIMONIAIS
Em 31 de dezembro - Em milhares de reais

	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Ativo				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	34.939	86.178		
Contas a receber de clientes (Nota 5)	90.329	66.979		
Estoques (Nota 6)	99.406	56.564		
Impostos e contribuições a recuperar (Nota 7)	6.788	6.911		
Outros ativos	1.968	1.260		
	233.430	217.892		
Ativo não circulante mantido para venda (Nota 8)	1.821	-		
	235.251	217.892		
Não circulante				
Realizável a longo prazo				
Depósitos judiciais (Nota 15)	43.268	41.555		
Almozarifado	5.735	6.626		
Impostos e contribuições a recuperar (Nota 6)	1.640	739		
	50.643	48.920		
Investimentos (Nota 10)	4.099	3.946		
Imobilizado (Nota 11 (a))	91.377	87.790		
Intangível (Nota 11 (b))	4.534	4.215		
Diferido (Nota 12)	-	358		
	150.653	145.229		
Total do ativo	385.904	363.121		
Passivo e patrimônio líquido				
Circulante				
Fornecedores (Nota 13)	29.668	6.465		
Empréstimos (Nota 14)	12.817	28.316		
Bonificações e comissões a pagar	8.723	8.153		
Obrigações tributárias	8.904	6.231		
Obrigações trabalhistas	12.499	15.191		
Dividendos a pagar	3.753	-		
Outros passivos	2.205	3.708		
	78.569	68.064		
Não circulante				
Imposto de renda diferido (Nota 17 (b))	1.252	34		
Partes relacionadas (Nota 9 (a))	3.755	3.756		
Provisão para contingências (Nota 15)	1.059	1.852		
	6.066	5.642		
Patrimônio líquido (Nota 16)				
Capital social	213.056	213.056		
Reserva de lucros	46.084	37.301		
Dividendo adicional proposto	42.129	39.058		
	301.269	289.415		
Total do passivo e patrimônio líquido	385.904	363.121		

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 Em milhares de reais

	Capital Social	Legal	Reservas de Lucro		Lucros Acumulados	Dividendo Adicional Proposto	Total do Patrimônio Líquido
			Incentivo Fiscal				
Em 31 de dezembro de 2009	213.056	34.174	-	-	62.549	38.452	285.682
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	62.549
Contribuições dos acionistas e distribuição aos acionistas	-	-	-	-	-	-	-
Destinação do lucro (Nota 16 (f))	-	-	-	-	-	-	-
Reserva lucro	-	3.127	-	-	(3.127)	-	-
Dividendos intermediários propostos	-	-	-	-	(20.364)	(38.452)	(58.816)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	(39.058)	39.058	-
	-	3.127	-	-	-	606	3.733
Em 31 de dezembro de 2010	213.056	37.301	-	-	64.956	39.058	289.415
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	64.956
Contribuições dos acionistas e distribuição aos acionistas	-	-	-	-	-	-	-
Destinação do lucro (Nota 16 (f))	-	-	-	-	-	-	-
Reserva lucro	-	2.956	5.827	-	(8.783)	-	-
Dividendos intermediários aprovados	-	-	-	-	(14.044)	(39.058)	(53.102)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	(42.129)	42.129	-
	-	2.956	5.827	-	-	3.071	11.854
Em 31 de dezembro de 2011	213.056	40.257	5.827	-	-	42.129	301.269

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
 Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2011	2010
Operações continuadas		
Receita (Nota 18)	652.669	563.468
Custo das vendas	(521.447)	(426.237)
Lucro bruto	131.222	137.231
Despesas com vendas (Nota 19)	34.369	29.920
Despesas gerais e administrativas	17.140	17.268
Honorários dos administradores (Nota 9 (b))	2.332	2.607
Depreciações e amortizações (Nota 11 e 12)	1.069	1.072
Participação dos empregados e administradores nos resultados	5.440	4.731
Outras despesas (receitas) operacionais, líquidas	(1.988)	4.500
Lucro operacional	72.860	77.133
Receitas financeiras (Nota 20)	15.552	17.868
Despesas financeiras (Nota 20)	(8.451)	(10.912)
Receitas financeiras, líquidas	7.101	6.956
Participação nos lucros de controlada (Nota 10 (b))	(1)	(1)
Lucro antes do imposto de renda	79.960	84.088
Imposto de renda		
Corrente (Nota 17 (a))	(13.786)	(19.690)
Diferido ativo (Nota 17 (b))	(592)	(1.338)
Diferido passivo (Nota 17 (b))	(626)	(511)
Lucro líquido do exercício	64.956	62.549
Ações em circulação no final do exercício (em milhares)	99.327.769	99.327.769
Lucro por ação atribuível aos acionistas da Companhia durante o exercício (expresso em R\$ por ação)	0,65	0,63

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
 Exercício findo em 31 de dezembro
 Em milhares de reais

	2011	2010
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido antes do imposto de renda	79.960	84.088
Ajustes		
Depreciação e amortização (Notas 11 (a) e (b) e 12)	10.861	12.089
Valor residual do ativo imobilizado baixado (Nota 11 (a))	55	81
Resultado de controlada reconhecido por equivalência patrimonial (Nota 10 (b))	1	1
Constituição (reversão) de provisão para contingências, líquida	(188)	3.858
Constituição (reversão) de provisão para perda com investimento	(154)	1.398
Variações monetárias, líquidas	(2.634)	(2.062)
	7.941	15.365
Variações nos ativos e passivos		
Títulos e valores mobiliários		258.325
Contas a receber de clientes	(23.350)	40.732
Estoque	(42.841)	(12.943)
Outros ativos	323	11.900
Fornecedores	23.043	(1.460)
Obrigações tributárias	2.673	505
Impostos parcelados		(233.487)
Provisão para contingências	(793)	(11.877)
Outros passivos	54	(4.993)
Caixa gerado pelas atividades operacionais	47.010	146.155
Juros pagos	(177)	(134)
Imposto de renda pago	(17.197)	(5.266)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	29.636	140.755
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Compras de imobilizado e de ativos intangíveis (Notas 11 (a) e (b))	(16.286)	(11.419)
Valor recebido pela venda de imobilizado (Nota 11 (a))	82	48
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(16.204)	(11.371)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Obtenção de empréstimos	50.424	51.959
Pagamento de empréstimos	(65.746)	(37.359)
Dividendos pagos aos acionistas da Companhia	(49.349)	(58.884)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(64.671)	(44.284)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquidos	(51.239)	85.100
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício (Nota 4)	86.178	1.078
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício (Nota 4)	34.939	86.178

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 Em 31 de dezembro de 2011 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Informações gerais

A Deten Química S.A. ("Deten" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, que, em 31 de dezembro de 2011, tem como controladores a Petresa Participações Ltda. (69,94% do capital total) e PETROQUISA - Petrosbras Química S.A. (27,88% do capital total), com sede no Polo Petroquímico de Camaçari - Bahia. A Companhia tem como objeto social a produção de matérias-primas para a fabricação de tensoativos, detergentes biodegradáveis e produtos químicos em geral, a comercialização de produtos químicos de sua fabricação ou de terceiros, inclusive a importação e exportação e, ainda, a participação em outras sociedades.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria e pelo Comitê Executivo da Companhia em 25 de janeiro de 2012.

2. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão apresentadas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 - Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ativos financeiros disponíveis para venda e ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. A principal área que requer maior nível de julgamento refere-se às provisões para contingências; conforme apresentado na Nota 15, a administração, com base no posicionamento dos seus assessores jurídicos, avalia a necessidade de registrar provisões para contingências. O desfecho dessas causas judiciais e administrativas pode resultar em efeitos diferentes daqueles previstos pela administração na elaboração dessas demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs).

Não existem novos pronunciamentos ou interpretações de CPCs em vigência a partir de 2011 que poderiam ter impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

A Companhia não apurou outros resultados abrangentes, razão pela qual não existe a apresentação desse demonstrativo nas demonstrações financeiras.

2.2 - Conversão de moeda estrangeira
(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nessas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em R\$, que é a moeda funcional da Companhia.

(b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira. Todos os outros ganhos e perdas cambiais são apresentados na demonstração do resultado como "Outras despesas (receitas) operacionais, líquidas".

2.3 - Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, bem como contas garantidas (Nota 4).

2.4 - Ativos financeiros
2.4.1 - Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

(a) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

(b) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem as "Contas a receber de clientes" e "Caixa e equivalentes de caixa" (Notas 5 e 4).

2.4.2 - Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescido dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido todos os riscos e os benefícios significativos da propriedade. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado.

2.4.3 - Impairment de ativos financeiros

(a) Ativos mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia no final de cada data de balanço se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são reconhecidos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e esse evento (ou eventos) de perda tem impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros, que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- (ii) quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- (iii) a Companhia, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, garante ao tomador uma concessão que o credor não consideraria;
- (iv) torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- (v) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- (vi) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição possa não ser ainda identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:
 - * mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira;
 - * condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

O montante da perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Caso um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Caso, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por *impairment* reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

2.5 - Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias no decurso normal das atividades da Companhia. Quando o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante; caso contrário, são apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PDD" ou "*impairment*").

2.6 - Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O método de avaliação dos estoques é o da média ponderada móvel. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreendem os custos de produção, matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e as respectivas despesas diretas de produção (com base na capacidade operacional normal), excluindo os custos de empréstimos. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda.

2.7 - Ativo não circulante mantido para venda

Os ativos não circulantes são classificados como ativos mantidos para venda quando seu valor contábil for recuperável, principalmente, por meio de uma venda e quando essa venda for praticamente certa. Estes ativos são avaliados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo menos os custos de venda. O saldo apresentado foi reclassificado do imobilizado e refere-se a terreno e construções (Nota 8).

2.8 - Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais são registrados pelo valor efetivamente depositado judicialmente, acrescido das respectivas atualizações financeiras pela SELIC até a data do encerramento do exercício.

2.9 - Impostos e contribuições a recuperar

Os impostos a recuperar são registrados pelo regime de competência de acordo com as operações realizadas, e segregado entre o circulante e não circulante de acordo com a expectativa de realização.

2.10 - Investimentos

A participação em sociedade controlada (Detenpar Empreendimentos Ltda. - "Detenpar") é avaliada pelo método da equivalência patrimonial. Essa controlada não possui operações e, basicamente, seu ativo é composto por mútuo com a Companhia e seu passivo pelo patrimônio líquido, os quais seriam totalmente eliminados em um eventual processo de consolidação das demonstrações financeiras. Diante desse cenário, a Companhia considerou que a não apresentação de demonstrações financeiras consolidadas, incluindo a sua única controlada, não prejudicaria o entendimento e a apresentação das demonstrações financeiras como um todo.

Os demais investimentos referem-se a participação não relevante em outras empresas e são demonstrados ao custo.

2.11 - Imobilizado

Terrenos e edificações compreendem, principalmente, fábricas e escritórios. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	Anos
Edificações	60
Máquinas e equipamentos	22-30
Veículos	10
Móveis e utensílios	20

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, quando necessário, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se for maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras despesas (receitas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

2.12 - Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, que representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros, que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço.

2.13 - Intangível

As licenças de *software* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados.

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *software* identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

- É tecnicamente viável concluir o *software* para que ele esteja disponível para uso;
- A administração pretende concluir o *software* e usá-lo;
- O *software* pode ser usado;
- Pode-se demonstrar que é provável que o *software* gerará benefícios econômicos futuros;
- Estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para usar o *software*;
- O gasto atribuível ao *software* durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Os custos de desenvolvimento de *softwares* reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, pelas taxas descritas na Nota 11 (b).

2.14 - Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano; caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

2.15 - Empréstimos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os empréstimos apresentados referem-se a Adiantamento de Contrato de Câmbio (ACC) e Adiantamento de Contrato de Exportação (ACE), em moeda estrangeira (dólar estadunidense), com taxas de juros que variam de 0,90% a 2,50% a.a. Esses adiantamentos estão relacionados às exportações de produtos da Companhia (Nota 14).

2.16 - Provisão para contingências

As provisões para ações judiciais (trabalhistas, cíveis e tributárias) são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos passados; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor tiver sido estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, que reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.17 - Imposto de renda corrente e diferido

As despesas de imposto de renda do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na extensão em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente, respectivamente. O encargo de imposto de renda é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço do país em que a Companhia atua e gera lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. A Companhia não é contribuinte da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (Nota 15 (c)).

O imposto de renda corrente é apresentado líquido no passivo quando houver montante a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do balanço.

O imposto de renda diferido é reconhecido usando-se o método do passivo, sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras.

O imposto de renda diferido ativo é reconhecido somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo valor líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral quando relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal.

A Companhia gozou de benefícios fiscais de isenção do imposto de renda até 31 de dezembro de 2007, sobre o lucro da exploração decorrente da produção industrial relativa à capacidade de 175.200 toneladas/ano de LAB – Alquilbenzeno Linear e 80.000 toneladas/ano de LAS – Linear Alquilbenzeno Sulfonado. Em 21 de junho de 2011, a Companhia obteve da SUDENE o reconhecimento do direito ao benefício de redução do imposto de renda, no percentual de 12,5% para o período de 2009 a 2013. Os valores retroativos correspondentes aos exercícios de 2009 e de 2010 foram reconhecidos no resultado do exercício de 2011, na rubrica Imposto de Renda corrente, devido ao fato da confirmação do benefício ter ocorrido somente em 2011, vide Nota 16 (d).

2.18 - Benefícios a empregados

(a) Benefícios pós-emprego

A Companhia possui planos de benefício definido e, também, de contribuição definida. Atualmente, a Companhia possui 48 participantes, sendo 4 ativos e 44 assistidos no plano de benefício definido. Um plano de contribuição definida é um plano de pensão segundo o qual a Companhia faz contribuições fixas a uma entidade separada e não tem obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições se o fundo não tiver ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados com o serviço do empregado no período corrente e anterior. Um plano de benefício definido é diferente de um plano de contribuição definida. Em geral, os planos de benefício definido estabelecem um valor de benefício de aposentadoria que um empregado receberá em sua aposentadoria, normalmente dependente de um ou mais fatores, como idade, tempo de serviço e remuneração.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial com relação aos planos de pensão de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano, com os ajustes de custos de serviços passados não reconhecidos. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes, usando o método da unidade de crédito projetada. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.

A Companhia adota o método do "corredor" para reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais. Dessa forma, as perdas atuariais, decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais, que excederem 10% do valor dos ativos do plano ou 10% dos passivos do plano, são debitados ao resultado no período esperado de serviço remanescente dos funcionários. O regulamento do Plano de Benefício Definido não prevê que o ativo atuarial possa ser usado para reduzir contribuições futuras de patrocinadoras ou que possa ser reembolsado, assim a Companhia não efetuou qualquer registro relativo a esses ativos.

Os custos de serviços passados são imediatamente reconhecidos no resultado, a menos que as mudanças do plano de pensão estejam condicionadas à permanência do empregado no emprego por um período de tempo específico (período no qual o direito é adquirido). Nesse caso, os custos de serviços passados são amortizados pelo método linear durante o período em que o direito foi adquirido.

Com relação aos planos de contribuição definida, a Companhia faz contribuições para planos de seguro de pensão públicos ou privados de forma obrigatória, contratual ou voluntária. A Companhia não tem nenhuma obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas. As contribuições feitas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na proporção em que um reembolso em dinheiro ou uma redução dos pagamentos futuros estiver disponível (Nota 21).

(b) Participação nos lucros

A participação dos empregados e administradores no resultado é provisionada com base em metas operacionais, sendo que tais valores estão sujeitos à aprovação de Assembleia Geral Ordinária.

2.19 - Bonificações e comissões a pagar

As bonificações e comissões a pagar são calculadas de acordo com as condições contratuais que são vinculadas às compras efetuadas pelos clientes, e são contabilizadas pelo regime de competência.

2.20 - Apuração do resultado

O resultado do exercício é apurado pelo regime de competência dos exercícios. A receita compreende o valor presente pela venda de mercadorias e é reconhecida quando os riscos significativos e os benefícios de propriedade das mercadorias são transferidos para o comprador. A Companhia adota como política de reconhecimento de receita, portanto, a data em que o produto é entregue ao comprador.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 Em 31 de dezembro de 2011 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.21 - Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

(a) Venda de produtos

A Companhia fabrica e vende matérias-primas para fabricação de tensoativos, detergentes biodegradáveis e produtos químicos em geral sendo, substancialmente, Linear Alquilbenzeno (LAB) e Ácido Alquilbenzeno Sulfônico (LAS). As vendas dos produtos são reconhecidas sempre que a Companhia efetua a entrega dos produtos para os respectivos clientes e não há nenhuma obrigação não satisfeita que possa afetar a aceitação dos produtos. Quando a Companhia é responsável pela entrega, a receita não é reconhecida até que: (i) os produtos tenham sido entregues no local especificado; (ii) os riscos de obsolescência e perda tenham sido transferidos para os clientes; (iii) o cliente tenha aceitado os produtos de acordo com o contrato de venda; e (iv) as disposições de aceitação tenham sido acordadas, ou a Companhia tenha evidências objetivas de que todos os critérios para aceitação foram atendidos.

A Companhia possui política de bonificações aos seus clientes baseadas principalmente em exclusividade e volume. As bonificações são calculadas com base no preço contratado e no volume de compras realizadas no mês anterior, líquido de devoluções. As bonificações por volume são avaliadas com base nas compras anuais previstas e são registradas no resultado em conta redutora à receita quando o volume atinge a quantidade que dá direito à bonificação.

(b) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação a contas a receber, a Companhia reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do contas a receber.

2.22 - Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base no estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que é aprovado pelos acionistas, em Assembleia Geral Ordinária.

3. Gestão de risco financeiro
3.1 - Fatores de risco financeiro

A Companhia participa em operações com diversos instrumentos financeiros, com destaque para caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e empréstimos, com o objetivo de administrar a disponibilidade financeira de suas operações, suprir as necessidades eventuais de caixa, garantir o fornecimento de matéria-prima e manter seu endividamento em níveis compatíveis.

Os valores registrados no ativo e no passivo circulantes têm liquidez imediata ou vencimento em prazos inferiores a doze meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, inclusive as taxas de remuneração contratadas, os valores contábeis se aproximam dos valores justos.

A administração dos riscos envolvidos nessas operações é efetuada por meio de mecanismos do mercado financeiro que minimizam a exposição dos ativos e passivos da Companhia, protegendo seu patrimônio. A Companhia não participou de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos ou quaisquer outros instrumentos especulativos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010.

(a) Risco de taxa de câmbio

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia possuía ativos e passivos líquidos denominados em dólares estadunidenses nos montantes de R\$ 8.195 e R\$ 35.055 (2010 – R\$ 24.742 e R\$ 28.778), respectivamente, não tendo contratado instrumento para proteger essa exposição nessa data.

Em 31 de dezembro de 2011, se o real tivesse variado em torno de 10% em relação ao dólar, sendo mantidas todas as outras variáveis constantes, o lucro do exercício antes do cálculo do imposto de renda teria variação de R\$ 2.686 (2010 – R\$ 404), para mais ou para menos, principalmente em decorrência de ganhos/perdas cambiais sobre a conversão de contas a receber de clientes, fornecedores e empréstimos em dólares.

(b) Risco de crédito

A política de vendas da Companhia está intimamente ligada ao nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas e limites individuais de posição, são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber.

O risco de crédito sobre caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e outras instituições financeiras são administrados pela Companhia de forma a manter ativos apenas em instituições financeiras renomadas.

(c) Risco com taxa de juros

O risco associado é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos captados no mercado. A Companhia monitora continuamente as referidas taxas, com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para se proteger contra o risco de volatilidade das mesmas.

(d) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pelo departamento de finanças. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

O excesso de caixa mantido pela Companhia, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é investido em contas correntes com incidência de juros, depósito a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, selecionando instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer a margem necessária, conforme determinado pelas previsões de caixa mencionadas. Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia mantém aplicações em Certificado de Depósitos Bancários ("CDB's") de curto prazo no montante de R\$ 31.263 (2010 - R\$ 83.464), e se espera que gerem prontamente entradas de caixa para administrar o risco de liquidez.

9. Saldos e transações com partes relacionadas
(a) Transações e saldos

	Ativo Circulante		Passivo Circulante		Saldos Passivo Não circulante		Transações					
	Contas a receber de clientes		Fornecedores		Mútuos		Vendas de produtos		Produtos adquiridos		Matérias-primas adquiridas	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
Acionistas e controlada:												
Cepsa Química S.A.	-	736	21.262	-	-	-	1.297	1.882	32.918	-	190.399	151.083
Detenpar Empreendimentos Ltda. ("Detenpar")	-	-	-	-	3.755	3.756	-	-	-	-	-	-
Petróleo Brasileiro S.A. ("Petrobras")	-	-	1.347	-	-	-	-	-	-	-	136.580	122.320
	-	736	22.609	-	3.755	3.756	1.297	1.882	32.918	-	326.979	273.403

Em vendas de produtos são apresentadas as transações relativas à venda de ALP – Alquilado Pesado. Em produtos e matérias-primas adquiridas são apresentadas as transações referentes a aquisição de LAB, Normal Parafina e Enxofre, respectivamente, utilizados para a fabricação dos tensoativos, detergentes biodegradáveis e produtos químicos em geral, produzidos pela Companhia. Os saldos mantidos em mútuo com a Detenpar não são remunerados e não possuem vencimento determinado.

(b) Remuneração do pessoal chave da administração

O pessoal chave da administração inclui os diretores e membros do comitê executivo. A remuneração paga por serviços de empregados no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 foi de R\$ 2.332 (2010 – R\$ 2.607). Adicionalmente, foram pagos aos diretores valores a títulos de participação nos resultados, no montante de R\$ 653 (2010 – R\$ 788) que estão apresentados na rubrica de Participação dos empregados e administradores nos resultados, na demonstração do resultado.

10. Investimentos

	2011	2010
Investimento em controlada	3.761	3.762
Outros investimentos avaliados ao custo	338	184
	4.099	3.946

3.2 - Instrumentos financeiros por categoria

Ativos financeiros	Empréstimos e recebíveis	Ativos ao valor justo por meio do resultado	Total
Ativos, conforme o balanço patrimonial			
31 de dezembro de 2010			
Contas a receber de clientes	66.979	-	66.979
Títulos e valores mobiliários	-	83.464	83.464
Caixas e equivalentes de caixa	2.714	-	2.714
	69.693	83.464	153.157
31 de dezembro de 2011			
Contas a receber de clientes	90.329	-	90.329
Títulos e valores mobiliários	-	31.263	31.263
Caixas e equivalentes de caixa	3.676	-	3.676
	94.005	31.263	125.268

Passivos financeiros

Passivos, conforme o balanço patrimonial	Outros passivos financeiros	
31 de dezembro de 2010		
Empréstimos		28.316
Fornecedores e outras obrigações (i)		36.040
		64.356
31 de dezembro de 2011		
Empréstimos		12.817
Fornecedores e outras obrigações (i)		59.794
		72.611

(i) Composto por Fornecedores, Bonificações e comissões a pagar, Obrigações tributárias e Obrigações trabalhistas.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2011	2010
Recursos em bancos e em caixa	3.676	2.714
Títulos e valores mobiliários	31.263	83.464
	34.939	86.178

A Companhia busca manter disponibilidade de numerários suficiente para fazer frente: (i) à sua necessidade de capital de giro; (ii) aos investimentos orçados no plano de negócios; (iii) para pagamentos de dividendos; e (iv) às eventuais condições adversas resultantes de decisões judiciais.

5. Contas a receber de clientes

	2011	2010
Clientes no país	83.488	43.591
Clientes no exterior	8.195	24.742
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(1.354)	(1.354)
	90.329	66.979

6. Estoques

	2011	2010
Produtos acabados	63.374	31.074
Produtos em processo	871	729
Matérias-primas	22.880	17.143
Almoxarifado	3.216	2.183
Importações em andamento	4.477	109
Adiantamento a fornecedores	428	2.512
Materiais secundários	4.160	2.814
	99.406	56.564

7. Impostos e contribuições a recuperar

	2011	2010
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços ("ICMS")	4.530	2.644
ICMS sobre ativo imobilizado	1.628	821
Imposto de renda ("IR")	788	2.837
Provisão de IRRF sobre aplicações financeiras	134	-
PIS a recuperar	92	167
COFINS a recuperar	423	768
Outros	833	413
	8.428	7.650
Circulante	(6.788)	(6.911)
Não Circulante	1.640	739

8. Ativo não circulante mantido para venda

Refere-se ao terreno e edificações da antiga fábrica localizada em São Caetano do Sul; esses ativos foram reclassificados para ativo não circulante mantido para venda, em virtude de contrato de promessa de compra e venda firmado em 2011. A Companhia recebeu a título de adiantamento o montante de R\$ 355 e a expectativa de conclusão dessa venda é até dezembro de 2012.

(a) Informações sobre o investimento em controlada - Detenpar

	2011	2010
Quantidade de quotas possuídas (em milhares)	483	483
Participação no capital integralizado - %	100%	100%
Patrimônio líquido ajustado	3.761	3.762
Prejuízo do exercício	(1)	(1)

(b) Movimentação do investimento em controlada - Detenpar

	2011	2010
Saldo do investimento no início do exercício	3.762	3.763
Equivalência patrimonial	(1)	(1)
Saldo do investimento no final do exercício	3.761	3.762

A controlada Detenpar atualmente encontra-se com as atividades operacionais paralisadas. Os ativos desta controlada estão registrados a valores próximos aos de realização. A administração da Companhia avalia um novo objetivo social para essa controlada.

(c) Outros investimentos avaliados ao custo

Referem-se, basicamente, a investimentos em outras empresas (Braskem, Cetrel e Desembahia) com participação não relevante, cuja reavaliação ocasionou uma reversão parcial da provisão para perdas em 31 de dezembro de 2011, no montante de R\$ 154.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 Em 31 de dezembro de 2011 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

11. Imobilizado e Intangível
(a) Imobilizado

	Terrenos	Edificações e benfeitorias	Equipamentos e instalações	Veículos	Móveis e utensílios	Outros	Total em operação	Obras em andamento	Imobilizado total
Saldos em 31 de dezembro de 2009	1.773	6.541	72.210	232	718	2.396	83.870	3.651	87.521
Aquisições	-	5	95	-	46	5.598	5.744	5.022	10.766
Baixas líquidas	-	-	(79)	-	(2)	-	(81)	-	(81)
Transferências	-	465	8.101	-	189	(5.529)	3.226	(3.421)	(195)
Depreciação	-	(263)	(9.851)	(28)	(69)	(10)	(10.221)	-	(10.221)
Saldos em 31 de dezembro de 2010	1.773	6.748	70.476	204	882	2.455	82.538	5.252	87.790
Custo total	1.773	13.534	251.885	782	2.743	5.675	276.392	5.252	281.644
Depreciação acumulada	-	(6.786)	(181.409)	(578)	(1.861)	(3.220)	(193.854)	-	(193.854)
Valor residual	1.773	6.748	70.476	204	882	2.455	82.538	5.252	87.790
Saldos em 31 de dezembro de 2010	1.773	6.748	70.476	204	882	2.455	82.538	5.252	87.790
Aquisições	-	-	285	-	6	7.540	7.831	7.874	15.705
Baixas líquidas	(1.770)	(47)	(6)	(50)	-	(4)	(1.877)	-	(1.877)
Transferências	-	1.205	11.952	-	84	(3.382)	9.859	(10.422)	(563)
Depreciação	-	(221)	(9.373)	(25)	(50)	(9)	(9.678)	-	(9.678)
Saldos em 31 de dezembro de 2011	3	7.685	73.334	129	922	6.600	88.673	2.704	91.377
Custo total	3	14.455	260.639	694	2.709	9.825	288.325	2.704	291.029
Depreciação acumulada	-	(6.770)	(187.305)	(565)	(1.787)	(3.225)	(199.652)	-	(199.652)
Valor residual	3	7.685	73.334	129	922	6.600	88.673	2.704	91.377
Taxas anuais de depreciação - %		2	4	10	3	Até 2			

Taxas anuais de depreciação - %

A depreciação do exercício alocada ao custo de produção é de R\$ 9.372 (2010 - R\$ 10.137) e a despesa, R\$ 306 (2010 - R\$ 84).

A Companhia efetuou a baixa pela venda de ativos imobilizados, cuja receita de vendas foi de R\$ 82 (2010 - R\$ 48), registrada na rubrica de Outras despesas (receitas) operacionais, líquidas, no resultado do exercício. As obras em andamento correspondem, principalmente, a melhorias operacionais para aumento da vida útil econômica das máquinas e equipamentos, projetos nas áreas de manutenção e produção, além de programas nas áreas de saúde, tecnologia e segurança, cujos prazos de encerramento médios estão previstos para 31 de dezembro de 2012.

A Companhia adota como prática contábil o registro dos gastos com paradas programadas para manutenção diretamente no custo de fabricação quando realizadas, visto que as mesmas são efetuadas anualmente. No exercício de 2011, foi alocado ao resultado o montante de R\$ 4.785 (2010 - R\$ 3.904) relativo à respectiva parada.

(b) Intangível

	Softwares
Saldos em 31 de dezembro de 2009	5.132
Aquisições	653
Transferência do imobilizado	195
Amortização	(1.765)
Saldos em 31 de dezembro de 2010	4.215
Custo total	6.184
Amortização acumulada	(1.969)
Valor residual	4.215
Saldos em 31 de dezembro de 2010	4.215
Aquisições	581
Transferência do imobilizado	563
Amortização	(825)
Saldos em 31 de dezembro de 2011	4.534
Custo total	7.327
Amortização acumulada	(2.793)
Valor residual	4.534
Taxas anuais de amortização - %	19
A amortização do exercício alocada ao custo de produção é de R\$ 292 (2010 - R\$ 832) e a despesa, R\$ 533 (2010 - R\$ 933).	

12. Diferido

	Gastos de implantação
Saldos em 31 de dezembro de 2009	461
Amortização	(103)
Saldos em 31 de dezembro de 2010	358
Custo total	1.032
Amortização acumulada	(674)
Valor residual	358
Saldos em 31 de dezembro de 2010	358
Amortização	(358)
Saldos em 31 de dezembro de 2011	-
Custo total	1.032
Amortização acumulada	(1.032)
Valor residual	-
Taxas anuais de amortização - %	10
A amortização do exercício alocada ao custo de produção monta R\$ 128 (2010 - R\$ 48) e à despesa monta R\$ 230 (2010 - R\$ 55).	

Taxas anuais de amortização - %

A amortização do exercício alocada ao custo de produção monta R\$ 128 (2010 - R\$ 48) e à despesa monta R\$ 230 (2010 - R\$ 55).

13. Fornecedores

	2011	2010
Fornecedores nacionais	7.430	6.003
Fornecedores estrangeiros	22.238	462
	29.668	6.465

Os fornecedores estrangeiros estão, substancialmente, relacionados a compras de partes relacionadas, e estão vinculados ao dólar estadunidense.

14. Empréstimos

Moeda	Encargos financeiros	2011	2010
Capital de giro			
ACC - Adiantamento de contrato de câmbio	U.S. Dólar + juros de 0,90 a 2,50% a.a.	12.817	27.766
ACE - Adiantamento de contrato de exportação	U.S. Dólar + juros de 0,90 a 2,50% a.a.	-	550
		12.817	28.316

Os empréstimos possuem vencimento de curto prazo e não têm garantia.

15. Provisão para contingências e depósitos judiciais

A Companhia questiona judicialmente a legalidade da cobrança de determinados impostos e contribuições incidentes sobre suas operações, bem como vem discutindo questões nas esferas administrativas e judiciais referentes a processos trabalhistas e cíveis. Com base no posicionamento dos seus assessores jurídicos externos, a Companhia, em 31 de dezembro de 2011, mantém provisão para perdas prováveis com estes processos, em montantes considerados suficientes. A Companhia mantém ainda depósitos judiciais para fazer face aos requerimentos judiciais, os quais são atualizados pela taxa SELIC, conforme demonstrado a seguir:

	Depósitos judiciais		Provisão para contingências	
	2011	2010	2011	2010
Cíveis e trabalhistas	1.049	711	519	747
IPI - Crédito sobre insumos	-	-	-	573
IPI e Imposto sobre importação ("II") sobre importações de catalisadores (b)	1.001	969	540	532
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (c)	34.780	32.912	-	-
PIS compensado com IPI / PIS LC 07/70 (d)	6.438	6.139	-	-
COFINS compensado com IPI (a)	-	824	-	-
	43.268	41.555	1.059	1.852

(a) COFINS compensado com IPI

A Companhia discutia judicialmente o direito de compensação de créditos de IPI originado da aquisição de matérias-primas imunes, isentas e alíquota zero e promoveu a compensação de parte de tais créditos com o PIS e a COFINS. Com o advento da MP nº 470/09, a Companhia reavaliou o contencioso e decidiu aderir aos dispositivos da referida MP, desistindo da Ação Judicial e solicitou a conversão do valor depositado em juízo em Renda da União, o que ocorreu no ano de 2011.

(b) IPI e II sobre importações de catalisadores

A Companhia discute judicialmente a incidência de Imposto sobre Produtos Industrializados e Imposto de Importação sobre a importação de catalisadores enviados para regeneração no exterior. Nesse sentido, efetuou depósitos judiciais dos valores devidos. A administração da Companhia, com base na opinião de seus assessores legais, mantém provisão de R\$ 540 (2010 - R\$ 532), equivalente ao valor estimado de perda no processo.

(c) Contribuição Social sobre o Lucro Líquido

Em 2002, a Companhia foi autuada pela Secretaria da Receita Federal ("SRF") referente aos exercícios fiscais de 1997 a 2002, pelo não recolhimento da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, que não foi realizado em função da Companhia ser beneficiária de sentença judicial transitada em julgado. A SRF alegou que tal sentença não mais resguardava a Companhia e lavrou Autos de Infração no montante de R\$ 58.604, acrescido de multa e juros. A Companhia protocolou defesa administrativa dirigida à Delegacia de Julgamento da Receita Federal e impetrou Mandado de Segurança com pedido de liminar, efetuando depósito judicial de R\$ 16.889, referente ao exercício fiscal de 2002, obtendo decisão favorável em primeira instância, visando evitar novas autuações por parte da Receita Federal, até decisão final dos autos em discussão. A União recorreu desta decisão, estando o processo em tramitação para apreciação do recurso.

Em 13 de junho de 2007, a Companhia foi autuada pela Secretaria da Receita Federal ("SRF") pelo não recolhimento da Contribuição Social sobre o Lucro, referente aos exercícios fiscais de 2002 a 2004, alegando que tal sentença não mais resguardava a Companhia, e para prevenir da decadência foi lavrado Auto de Infração no montante de R\$ 46.611, acrescido de multa isolada e juros.

Em 16 de fevereiro de 2009, a Companhia foi autuada pela Secretaria da Receita Federal ("SRF") pelo não recolhimento da Contribuição Social sobre o Lucro referente aos exercícios fiscais de 2005 a 2007, sob as mesmas alegações das autuações anteriores e para prevenir da decadência, no montante de R\$ 46.929, acrescido de multa isolada e juros.

Em 21 de junho de 2010, a Companhia voltou a ser autuada pela Secretaria da Receita Federal ("SRF") pelo não recolhimento da Contribuição Social sobre o Lucro referente ao exercício fiscal de 2008, sob as mesmas alegações das autuações anteriores e para prevenir da decadência, no montante de R\$ 16.499, acrescido de multa isolada e juros.

No segundo semestre de 2010, os Recursos promovidos pela União relativos às autuações dos exercícios fiscais de 1997 e 1998, bem como a Apelação do MS foram julgados favoráveis para a Deten pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região (2ª Instância), contudo a União interps Recurso de Embargos de Declaração no processo do Mandado de Segurança, que está pendente de apreciação.

Baseados no entendimento de que há decisão judicial transitada em julgado favorável a Companhia, e no fato de a União não ter intentado ação rescisória para desconstituir a citada decisão, os assessores jurídicos externos acreditam que a Companhia deverá obter êxito em seus pleitos de manutenção do não recolhimento da CSLL. Com relação a eventuais reflexos de recente decisão do Supremo Tribunal Justiça sobre o mesmo assunto, no caso do Banco de Brasília, os assessores jurídicos ratificaram a expectativa de êxito, alegando que ainda que a Fazenda Nacional reverta a decisão obtida pela Companhia, há sempre a possibilidade de se obter uma modulação dos efeitos desta decisão, a fim de que a cobrança da CSLL venha a ser feita somente a partir desse novo julgamento, sem retroagir a períodos anteriores. A administração da Companhia, com base na opinião de seus consultores jurídicos, não espera reversão da sentença judicial transitada em julgado que isentou a Companhia do recolhimento da referida contribuição para os exercícios fiscais de 1988 e anos subsequentes. Desta forma, não foi constituída provisão para fazer face a estes autos de infração nem para os exercícios não revisados pela fiscalização da Receita Federal. Em 31 de dezembro de 2011, o saldo do depósito judicial atualizado é de R\$ 34.780 (2010 - R\$ 32.912).

(d) PIS LC 07/70

Refere-se, basicamente, a depósito judicial efetuado em 28 de novembro de 2008, no montante de R\$ 4.910, como garantia no processo de Embargos de Execução impetrado pela Secretaria da Receita Federal, referente às cobranças de diferenças no recolhimento de PIS (Decretos Leis nºs 2.448 e 2.449/98 versus LC 07/70) do período de março de 1993 a dezembro de 1996. A Administração da Companhia, com base na opinião de seus consultores jurídicos, não espera perdas para esse processo, e não constituiu provisão para eventuais perdas provenientes desse processo. Em 31 de dezembro de 2011, o saldo do depósito judicial atualizado é de R\$ 6.438 (2010 - R\$ 6.139).

16. Patrimônio líquido
(a) Capital autorizado

A Companhia está autorizada a aumentar o capital social, independentemente de reforma estatutária, até o limite de R\$ 213.100.

(b) Capital social

O capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 213.056 em 31 de dezembro de 2011 e 2010, representado da seguinte forma (em lotes de mil ações):

	2011	2010
Ações ordinárias	96.973.174	96.973.174
Ações preferenciais Classe "A"	33.929	33.929
Ações preferenciais Classe "B"	2.320.666	2.320.666
	99.327.769	99.327.769

Não houve movimentação de ações no exercício e, dessa forma, o lucro básico dividido por ações é igual.

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

(c) Direitos das ações

As ações preferenciais, sem direito a voto, têm prioridade na distribuição de dividendos não cumulativos, em dinheiro, até o limite de 6% ao ano, sobre o seu respectivo valor unitário. Aos titulares de ações de qualquer espécie será atribuído, em cada exercício social, um dividendo não inferior a 25% do lucro líquido, calculado nos termos da legislação societária. As ações preferenciais Classe "B" não participarão dos lucros remanescentes, após o recebimento do dividendo mínimo.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 Em 31 de dezembro de 2011 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Após o pagamento do dividendo às ações ordinárias, igual ao dividendo prioritário pago às ações preferenciais Classes "A" e "B", as ações Classe "A" participarão em igualdade de condições com as ações ordinárias, na distribuição do lucro remanescente e na distribuição de ações resultantes de reservas ou lucros.

É assegurada a prioridade no reembolso do capital às ações preferenciais Classe "A", no caso de dissolução da Companhia.

(d) Reserva de lucro - Incentivo fiscal

Foi constituída reserva correspondente ao incentivo de redução do imposto de renda no percentual de 12,5% sobre os resultados dos anos de 2009 (R\$ 1.695), 2010 (R\$ 2.139) e 2011 (R\$ 1.993). Esses benefícios de redução do imposto de renda são registrados inicialmente no resultado do exercício, na rubrica de Imposto de Renda corrente. Os montantes referentes a 2009 e 2010 foram registrados no resultado do exercício de 2011 devido ao fato da confirmação do referido benefício ter ocorrido somente em 2011.

(e) Reserva de lucro - legal

Reserva constituída à razão de 5% do lucro líquido do exercício, até o limite de 20% do capital social. No exercício findo em 31 de dezembro de 2011, a reserva legal foi adicionada em R\$ 2.956 (2010 – R\$ 3.127).

(f) Dividendos

Os dividendos pagos e propostos são demonstrados como segue:

	2011	2010
Lucro líquido do exercício	64.956	62.549
Subvenção – Incentivo Fiscal - 12,5%	(5.827)	
Constituição da reserva legal - 5%	(2.956)	(3.127)
Base de cálculo dos dividendos	56.173	59.422

Dividendos mínimos e obrigatórios:

	2011	2010
Ações ordinárias	13.740	14.552
Ações preferenciais Classe "A"	5	5
Ações preferenciais Classe "B" (i)	299	299
25% sobre a base de cálculo dos dividendos	14.044	14.856

Dividendos propostos, por lote de mil ações:

	2011	2010
Ações ordinárias - R\$ 0,576 (2010 – R\$ 0,609)	55.854	59.102
Ações preferenciais classe "A" R\$ 0,576 (2010 – R\$ 0,609)	20	21
Ações preferenciais classe "B" R\$ 0,128 (2010 – R\$ 0,128)	299	299
	56.173	59.422

% sobre a base de cálculo

	2011	2010
Dividendos intermediários	10.291	20.364
Dividendos a pagar, líquido de antecipações	3.753	-
Dividendos adicionais propostos	42.129	39.058

(i) Essa classe de ação faz jus apenas aos dividendos mínimos, conforme estatuto.

A administração da Companhia propôs a distribuição de dividendos adicionais em 2011 no montante de R\$ 42.129 (2010 – R\$ 39.058), registrado no patrimônio líquido, até a deliberação definitiva posterior em ata de assembleia geral. Os dividendos mínimos foram incluídos nos dividendos intermediários, aprovados na Ata de Reunião do Conselho de Administração de 23 de setembro de 2011 e liquidados em 29 de setembro de 2011.

17. Imposto de renda
(a) Reconciliação da despesa do imposto de renda

Os valores de imposto de renda demonstrados no resultado apresentam a seguinte reconciliação em seus valores à alíquota nominal:

	2011	2010
Lucro antes do imposto de renda	79.960	84.088
Adições permanentes	3.296	3.148
Adições temporárias, líquidas de (reversões)	(2.367)	(5.351)
Exclusões permanentes	(598)	(970)
Exclusões temporárias	(2.488)	(2.046)
Lucro real	77.803	78.869
Alíquota do imposto - %	25	25
Imposto à alíquota da legislação	19.451	19.717
Incentivos fiscais	(5.665)	(49)
Outros	-	22
Imposto de renda sobre o lucro real	(13.786)	(19.690)
Imposto de renda sobre adições temporárias	(592)	(1.338)
Imposto de renda sobre exclusões temporárias	(626)	(511)

(b) Imposto de renda diferido

O imposto de renda diferido é calculado sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. A alíquota desse imposto, definida atualmente para determinação dos tributos diferidos, é de 25%.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros, elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

Os valores de compensação são os seguintes:

	2011	2010
Ativo de imposto diferido		
Ativo de imposto diferido a ser recuperado depois de mais de 12 meses	(2.837)	(3.429)
Passivo de imposto diferido		
Passivo de imposto diferido a ser liquidado depois de mais de 12 meses	4.089	3.463
Passivo de imposto diferido (líquido)	1.252	34

A movimentação líquida da conta de imposto de renda diferido é a seguinte:

	2011	2010
Em 1º de janeiro	34	(1.814)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	-	(108)
Provisão para contingências trabalhistas	338	(793)
Provisão para contingências fiscais	(202)	2.006
Provisão para perda com investimento	456	232
Atualização de depósitos judiciais	626	511
Em 31 de dezembro	1.252	34

A movimentação dos ativos e passivos de imposto de renda diferido durante o exercício, sem levar em consideração a compensação dos saldos, é a seguinte:

	Provisões	Outros	Total
Ativo de imposto diferido			
Em 1º de janeiro de 2010	(45.937)	41.170	(4.767)
Debitado (creditado) à demonstração do resultado	(2.131)	3.469	1.338
Em 31 de dezembro de 2010	(48.068)	44.639	(3.429)
(Creditado) debitado à demonstração do resultado	(3.297)	3.889	592
Em 31 de dezembro de 2011	(51.365)	48.528	(2.837)

A administração da Companhia, fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, estima que tal imposto será efetivamente realizado pela compensação/exclusões com lucros tributáveis futuros, principalmente quando da decisão dos processos judiciais em curso.

Passivo de imposto diferido

	2011	2010
Em 1º de janeiro de 2010	2.952	2.952
Debitado (creditado) à demonstração do resultado	511	511
Em 31 de dezembro de 2010	3.463	3.463
Debitado (creditado) à demonstração do resultado	626	626
Em 31 de dezembro de 2011	4.089	4.089

A administração da Companhia, fundamentada na expectativa de decisão final do processo judicial que discute as atuações da Contribuição Social sobre Lucro Líquido, estima que tal imposto será efetivamente liquidado quando da referida decisão.

18. Receita

A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

	2011	2010
Vendas brutas de produtos		
Mercado interno	912.902	773.347
Mercado externo	48.563	52.177
Impostos sobre vendas	(252.928)	(214.439)
Devoluções e bonificações	(55.868)	(47.617)
Receita líquida de vendas	652.669	563.468

19. Despesas com vendas

	2011	2010
Despesa com frete sobre vendas	25.799	23.092
Despesa com armazenagem	4.047	2.128
Custos departamento comercial	3.538	2.443
Outras despesas	985	2.257
	34.369	29.920

20. Resultado financeiro

	2011	2010
Despesas financeiras		
Varição monetária passiva	(542)	(9.806)
Varição cambial passiva	(1.533)	(750)
Despesas financeiras	(6.376)	(356)
	(8.451)	(10.912)

Receitas financeiras

	2011	2010
Receita de aplicações financeiras	4.709	13.861
Outras receitas financeiras	6.142	26
Varição monetária ativa	3.232	2.960
Varição cambial ativa	1.469	1.021
	15.552	17.868

21. Entidade de Previdência Privada – Fundo Multipatrocinado IHPREV

A Companhia contribui para um plano de benefícios previdenciários de seus empregados, o qual é administrado pelo Fundo Multipatrocinado IHPREV ("IHPREV").

A IHPREV tem como principal objetivo a complementação de benefícios assegurados e prestados pela Previdência Oficial. Para consecução de seus objetivos a IHPREV recebe contribuições mensais das empresas mantenedoras e de seus participantes, calculadas atuarialmente com base na remuneração mensal dos empregados. As contribuições da Companhia, no exercício findo em 31 de dezembro de 2011, totalizaram R\$ 1.661 (2010 – R\$ 1.384).

Conforme disposição estatutária da IHPREV, até 1997 as empresas patrocinadoras são solidariamente responsáveis pelas obrigações contratadas pela IHPREV com seus participantes e dependentes, calculados atuarialmente. Conforme Regulamento do Novo Plano de Previdência, a Companhia continua com as obrigações inerentes ao antigo plano de benefícios para os participantes assistidos (44 funcionários) e os participantes ativos remanescentes (4 funcionários). No Novo Plano de Contribuição Definida não existe essa obrigação (233 funcionários).

O plano de benefícios previdenciários foi avaliado atuarialmente e as principais premissas atuariais utilizadas (expressas por médias ponderadas) são demonstradas conforme segue:

	2011	2010
Taxa de desconto da obrigação atuarial	10,25%	10,75%
Taxa de rendimento esperada sobre os ativos do plano	10,25%	10,75%
Aumentos salariais futuros	5,55%	5,55%
Aumentos futuros de benefícios	4,50%	4,50%

Os valores justos, não auditados, dos ativos do plano, no montante de R\$ 10.226 (2010 – R\$ 9.415) foram apurados com base nos parâmetros de mercado existentes em 31 de dezembro de 2011, ou quando aplicável, pela projeção dos benefícios futuros derivados da utilização do ativo, descontado a valor presente. Com base no parecer do atuário independente, com data de 09 de janeiro de 2012, foi apurado ativo atuarial, determinado pelo Método do Crédito Unitário Projetado, no montante de R\$ 1.658 (2010 – R\$ 1.705), conforme demonstrado a seguir:

	2011	2010
Ativo atuarial		
Valor presente da obrigação atuarial	8.568	7.710
Valor justo dos ativos do plano	10.226	9.415
Superávit do plano	1.658	1.705
Mudança no efeito do limite do ativo	47	1.310

Como o regulamento do Plano de Benefício Definido não prevê que o ativo atuarial possa ser usado para reduzir contribuições futuras de patrocinadoras ou que possa ser reembolsado, a Companhia não efetuou qualquer registro relativo a esses ativos.

Até a presente data, as demonstrações financeiras da IHPREV, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, não estavam disponíveis, e a Companhia não foi solicitada a efetuar qualquer complementação das reservas técnicas, visto não existir déficits.

22. Cobertura de seguros

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e suas operações, por meio da contratação de seguros na modalidade "all risks", com fixação de valor para dano máximo provável. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia possuía as seguintes principais apólices de seguro com terceiros:

Ramos	Importância segurada
Responsabilidade civil	30.000
Multirisco (estoques em poder de terceiros)	28.418
Riscos operacionais, incluindo os lucros cessantes	1.597.050
Responsabilidade civil administradores e diretores	17.500
Veículos	280

**PARECER DO CONSELHO FISCAL**

O Conselho Fiscal da DETEN QUÍMICA S.A., em reunião realizada nesta data, cumprindo o que determinam os incisos II, III e VII do art. 163 da Lei nº 6.404/76, examinou as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, compreendendo o Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Notas Explicativas e a Proposta da Administração para a Destinação do Resultado. Com base nos exames efetuados e considerando ainda o Parecer dos Auditores Independentes PricewaterhouseCoopers, de 31 de janeiro de 2012, e entendendo que as peças acima citadas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e econômico-financeira da empresa, e que tais documentos estão em conformidade com as disposições legais e pertinentes à matéria, o Conselho Fiscal, por unanimidade de seus membros, opina favoravelmente ao encaminhamento dos referidos documentos, à Assembleia Geral de Acionistas, para aprovação.

Camaçari, 27 de fevereiro de 2012.

Henrique Dias Carneiro**Mario Antonio Nogueira****Fernando Antonio de Carvalho Paes de Andrade****Heraldo da Costa Belo****Ronnie Gonzaga Tavares****CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO****PEDRO MIRÓ**

Presidente

FERNANDO ITURRIETA GIL**FEDERICO MOLINA FELIX****PAULO CEZAR AMARO AQUINO****DJALMA RODRIGUES DE SOUZA****IRUNDI SAMPAIO EDELWEISS****DIRETORIA****JOSÉ LUIS GONÇALVES DE ALMEIDA**

DIRETOR GERAL

ANGEL MANUEL PRADOS FERNANDEZ

DIRETOR INDUSTRIAL

JOSÉ RICARDO UCHÔA CAVALCANTI ALMEIDA

DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO

CONTROLLER**SILVIO ROBERTO ROMÃO DA SILVA**

CRC - BA - 19.522/O-8 - TC

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS**

Aos Administradores e Acionistas

Deten Química S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras da Deten Química S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Deten Química S.A. em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Salvador, 31 de janeiro de 2012

**PricewaterhouseCoopers**
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F" BA**Fábio Cajazeira Mendes**
Contador
CRC 1SP196825/O-0 "S" BA